

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Educação, realizada no dia quatorze de maio do ano de dois mil e treze, com início em última convocação às quatorze horas, à Casa dos Conselhos.

A vice-presidente, professora Ednéa Valle de Mello iniciou a reunião apresentando a professora Rosilene – membro suplente da Secretária de Educação e Subsecretária de Ensino Fundamental e Educação Infantil como responsável por presidir o momento em tela.

Assim, a professora Rosilene explicou que a Presidente do Conselho, e Secretária de Educação, professora Mônica Vieira Freitas, não pode comparecer devido a uma forte crise renal, que a debilitara em demasia.

A vice-presidente, professora Ednéa, perguntou se havia alguém que gostaria de inscrever algum assunto de urgência.

A conselheira Rosimar solicitou a inclusão na pauta: avaliação sob o sistema SAERJ e a merenda escolar.

Ednéa fez a chamada dos conselheiros, aos quais estavam presentes: Fernanda Cristina Ferreira Vieira, Claudia Carneiro Farias, Cláudio José Gomide, Carlos Henrique David, Rosilene Ribeiro, Maria de Fátima Lavrador de Castro, Sandra Cristina Motta Bortolotti, Débora Battisti de Abreu, Jelcy Rodrigues Corrêa Jr, Rosimar Silveira Pinto, Claudete Neves Bernardo, Ricardo Bragança Pinheiro Tammela, Maria Celi Chaves Vasconcellos, Cristina Pereira Maria Francelina Fragoso da Silva e Noelma Costa, além dos participantes Jaqueline Corrêa, Joselene F. P. Freitas e Elizabete Reuther.

A conselheira Fernanda pede a leitura da pauta da reunião.

Ednéa leu a pauta publicada no Diário Oficial e disponibilizada por e-mail a todos os conselheiros e explicou a necessidade de decisão em plenária da prorrogação do mandato dos membros, além do aval destes à necessária postergação da Conferência Municipal de Educação.

A conselheira Maria Celi informou que a Conferência Estadual de Educação será nos dias quatro, cinco e seis de outubro no Colégio Pedro II (6ª a domingo), então, até lá deveríamos realizar a Conferência Municipal para que tivéssemos condições de fazer o que é necessário para encaminhar os delegados de Petrópolis.

A vice-presidente, Ednéa, perguntou se estão havendo Conferências em outros municípios com esse objetivo.

Maria Celi respondeu que muitos municípios estão fazendo suas Conferências via UNDIME e estão organizando as intermunicipais e regionais, otimizando os espaços e momentos. Os relatos irão para as Conferências Estadual e Federal em fevereiro de

2014. As Conferências são livres e não precisam ter participação governamental, desta forma, qualquer evento que discuta Políticas Educacionais, no momento, é considerado Conferência, desde que assim seja registrado.

A conselheira Ednéa informa que em conversa com a Subsecretária Rosilene, ficou confirmada a participação de alguns de nossos membros em Nova Friburgo no próximo dia quatorze de junho, já que a Secretaria de Educação disponibilizará um carro.

Maria Celi completou a fala de Ednéa, declarando que a Secretária de Educação de Vassouras e presidente da UNCME, professora Nelma é o contato da Região Serrana.

Ednéa explicou que Débora reencaminhou via e-mail, os convites recebidos pelo COMED.

A conselheira Débora afirmou que os conselheiros interessados devem se manifestar para que possamos organizar as ações e distribuir informações, já que imediatamente após receber os convites, os repassa para todos os membros, mas que até agora não recebeu qualquer devolutiva.

A conselheira Rosilene informou a intenção de realizar a Conferência Municipal de Educação na Universidade Católica de Petrópolis no dia vinte e dois de junho – sábado.

Ednéa perguntou aos membros se concordavam com a prorrogação do mandato até a Conferência, ao que foi acatado por unanimidade, cabendo informar que o conselheiro Ricardo não se encontrava mais entre os presentes neste momento.

A conselheira Rosimar pede novamente que a data seja alterada devido a um encontro entre os aposentados da Educação, agendado para o mesmo dia, porém após as justificativas da dificuldade em estabelecer o local, concordou com a não alteração do cronograma.

Rosilene esclareceu a necessidade de uma reunião ordinária a se realizar no dia onze de junho para apresentar o relatório da gestão da Secretaria de Educação com o Plano Estratégico para Educação Infantil, que foi entregue em treze de maio deste, ao Ministério Público Estadual, consolidando a parceria com o Conselho e dividindo com este a fragilidade da situação encontrada, encerrando o mandato da Secretária de Educação na presidência do Conselho e dando satisfações aos cidadãos e interessados na Educação petropolitana.

Ednéa então considerou que a primeira reunião ordinária após a eleição será no dia primeiro de julho, às quatorze horas, quando efetivamente serão empossados os novos conselheiros, ficando desde já acordado com os presentes.

A conselheira Fernanda levantou a possibilidade de pedir a UCP que solicite aos responsáveis pela Cantina, que esta fique aberta no dia da Conferência para evitar a dispersão dos participantes.

A professora Maria Celi colocou que inclusive nos eventos próprios da UCP, é difícil mantê-la aberta.

Ednéa após as discussões em torno da temática da Conferência e o questionamento se esta se daria apenas a eleição de membros, perguntou se todos estavam de acordo com a ampliação do evento para atingir os pressupostos da Conferência Estadual, ao qual não houve negativa. Assim, imediatamente pediu a professora Maria Celi o auxílio com a indicação de pessoas para conduzir as reflexões e alunos da UERJ para participarem.

Fernanda lembrou a promessa de doação dos livros sobre Conselhos Municipais de Educação e perguntou à conselheira Maria Celi se os livros estarão disponíveis.

Maria Celi disse que sim e solicitou à Subsecretária Rosilene a disponibilização de um carro em sua casa para trazer os livros a Petrópolis.

Rosimar afirmou que poderia buscar.

Maria Celi explicou que cada eixo precisa ter uma dupla responsável, sendo um deles, palestrante e o outro, relator e que a palestra tem que agregar todos os eixos. O palestrante deve ser afeito ao seu tema, mesmo que seja um conselheiro, é preciso ter uma fala de sensibilização.

Fernanda concluiu que o grupo de trabalho deveria fechar as considerações, pontuando sua participação na Conferência.

A necessidade de ampla divulgação do Regimento com a possibilidade de emendas evitaria a perda de tempo segundo o entendimento manifestado pelo conselheiro Carlos Henrique.

Fez se presente a professora Maria de Fátima Lavrador.

A conselheira Maria Celi exemplificou como seria a dinâmica da Conferência, o que foi amplamente discutido pelos participantes da reunião e reforçado pela fala da professora Rosilene, quanto à disponibilidade da Prefeitura Municipal em organizar o evento.

Por sugestão da conselheira Fernanda, ficou estabelecida a possibilidade de traduzir o material da Conferência em braile, dividindo com os presentes a tarefa de conseguir alguém que pudesse fazer a tradução e produzir o material.

Foi explicado pela conselheira Maria Celi que o condutor de cada eixo deveria ser bem firme para não se levantar inconstitucionalidades.

Rosilene perguntou à professora Maria Celi se haveria participação maciça dos alunos de Mestrado e se entre eles, haveria alguém que estivesse debruçado sob algum dos eixos a serem debatidos.

O conselheiro Jelcy Rodrigues Corrêa se apresentou a reunião.

A conselheira Maria Celi informou que haveria várias pessoas especialistas no assunto, porém deveríamos ter o cuidado para que estas tivessem afinidade com o tema a ser trabalhado no documento base, cabendo-lhe cerca de vinte minutos de explanação.

A vice-presidente Ednéa lembrou que é imperioso que se proceda a eleição dos conselheiros, porque a rigor do que outrora estabelecido, o mandato teria se extinguido em trinta de abril. Questionou como ficaria a eleição, em que momento se daria, como a Comissão deveria se organizar para tal e relatou quanto trabalho esta Comissão teve até aqui.

A conselheira Maria Celi disse que não há legitimidade dos membros em plenária para prorrogar o mandato, já que este é ato do prefeito.

A conselheira Débora afirmou que entre os participantes da Comissão e a própria presidente do Conselho e Secretária de Educação, professora Mônica, ficou esclarecido que de fato não haveria necessidade, porém de pleno acordo entre estes, considerou-se que ao momento cabia uma satisfação aos demais conselheiros, reforçando a parceria que se pretende, inclusive nas responsabilidades.

Maria Celi propôs que a prorrogação fosse mais ampla e dividida em dois momentos: eleição dos membros e discussão dos temas.

Rosimar sugeriu a noite do dia vinte e um e a manhã do dia vinte e dois e perguntou se a posse se daria em julho, ao que foi respondido pelos presentes que a posse se daria no dia vinte e dois mesmo e que oficialmente, por publicação em Diário Oficial, sem necessidade de nenhum evento. Já a apresentação dos novos membros, seria realizada na reunião ordinária marcada para o dia primeiro de julho.

O conselheiro Carlos Henrique colocou que o prefeito não exerce o controle social, pois que os Conselhos são deliberativos justamente para que a democracia seja alcançada e a Assembleia sendo soberana, partilha poderes.

A conselheira Ednéa solicitou que o conselheiro Jelcy se manifestasse, assim, este declarou que sob o ponto de vista legal, não haveria impedimento para a alteração do direcionamento, porque o que prepondera é o caráter democrático, desta forma, é possível deixar a eleição para um outro momento e a discussão temática surgiria posteriormente. O ato unilateral do prefeito seria meramente para legitimar as

ações geradas desde abril até agora. Finalizou não vendo problemas em valorizar os eixos temáticos alavancados pela CONAE.

Carlos Henrique explicou a possibilidade do momento ser configurado como abertura e postergar o término como o que foi feito no CONCIDADE.

Jelcy sugeriu o Instituto Teológico Franciscano como um bom local para realizar a Conferência.

A conselheira Rosimar sugeriu o auditório do Museu.

Maria Celi votou por separar em dois momentos a Conferência.

O conselheiro Carlos Henrique entendeu que é necessário alinhar a Conferência Estadual e a Federal no momento da municipal.

A conselheira Maria Celi sugeriu que nos grupos de discussão dos eixos ficassem duas pessoas – um representante do Conselho e um funcionário da Secretaria, da Inspeção Escolar.

A conselheira Maria de Fátima inquiriu como se daria o processo de eleição dos delegados para representarem Petrópolis na Conferência Estadual.

Maria Celi respondeu que a eleição não pode ser feita por eixo, deveria ser posterior ao momento de discussão. Alguém precisaria se responsabilizar por organizar os delegados para a Conferência Estadual, uma vez que o CPF precisa ser cadastrado, não podendo haver restrições dessa inscrição na Receita Federal.

A conselheira Rosilene afirmou que precisará do apoio de mais membros na Comissão.

Carlos Henrique respondeu que os estagiários estão disponibilizados pelo prefeito para ajudar nas Conferências que se seguem.

A conselheira Sandra e o conselheiro Jelcy se ofereceram para integrar a Comissão.

Em votação se deu por maioria a realização da Conferência em dois momentos com a abstenção das conselheiras Noelma e Débora.

Débora perguntou ao Conselheiro Carlos Henrique – chefe da Casa dos Conselhos, se a disponibilização on line seria possível, tanto do Regimento da Conferência, como do Regulamento do Conselho no site da Casa dos Conselhos, já que desde meados do ano passado, as Atas de reuniões não vem sendo publicadas.

Carlos Henrique respondeu que seria possível sim e que as Atas não vem sendo publicadas porque não estão sendo enviadas.

Débora informou que todas as Atas aprovadas do COMED/2013 foram enviadas e recebidas por confirmação do funcionário Gustavo, ao que Carlos Henrique afirmou verificar e proceder à publicação.

A conselheira Fernanda pediu que o Cerimonial do prefeito seja avisado em tempo hábil.

Maria Celi leu os eixos do Documento Referência da CONAE e perguntou aos membros dos Conselho que possuía afinidade com os temas e sugeriu como palestrantes e colaboradores **no EIXO 1** - O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação Organização e Regulação – Janaína Menezes, Maria Celi e Jelcy, **no EIXO 2** - Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos – Rosana Glat, Fernanda e Jaqueline, **EIXO 3** - Educação, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: Cultura, Ciência, Tecnologia, Saúde, Meio Ambiente – Vitor, Maria Francelina, **no EIXO 4** - Qualidade da Educação: Democratização do Acesso, Permanência, Avaliação, Condições de Participação e Aprendizagem – Stella, Rosilene, **EIXO 5** – Gestão Democrática, Participação Popular e Controle Social – Dinai Leal da Hora, Ricardo, Carlos Henrique, Ednéa **EIXO 6** – Valorização dos Profissionais da Educação: Formação, Remuneração, Carreira e Condições de Trabalho – Bertha, Sandra, Rosimar, **no EIXO 7** – Financiamento da Educação, Gestão, Transparência e Controle Social dos Recursos – Nichollas, Fátima.

Os conselheiros presentes ficaram de acordo com a distribuição dos temas e Maria Celi também manifestou seu desejo em pedir a colaboração de Vanderlei Pedro, Roberto Labanca, Antônio Flávio, Malvina Stutzel e Donaldo Souza.

A conselheira Ednéa pediu que se inserisse a estes nomes, o professor Eduardo de Holanda – presidente do Conselho Municipal de Educação de Nova Friburgo.

Fernanda sugeriu que cada conselheiro se responsabilizasse pelo material necessário ao seu grupo de trabalho como o notebook e o data show.

A conselheira Rosilene aduziu que é perfeitamente possível a Secretaria de Educação agilizar esta questão dos equipamentos necessários.

Rosimar e Fernanda declararam que têm a possibilidade de disponibilizar estes equipamentos.

O conselheiro Carlos Henrique lembrou que o processo precisa ser acelerado para não ocorrerem os mesmos erros do CONCIDADE, desta forma, Ednéa colocou a necessidade de todos contribuírem.

Tendo em vista a importância da participação dos pais, a conselheira Fernanda solicitou que a Pré Conferência destinada à escolha dos pais e responsáveis fosse feita em horário flexível e que fosse agilizado o pedido de Decreto publicado com o estabelecimento das inscrições.

Ednéa colocou que a Comissão procurará considerar todas as sugestões, porém não há organização sem pessoas disponíveis, e a questão da Conferência deve se pautar no novo mandato dos conselheiros porque o prazo expirou em trinta de abril.

7

Foi sugerido pela participante Jaqueline que se o Regimento for aprovado na 6ª feira, o credenciamento deve se dar no mesmo dia.

A conselheira Maria Celi afirmou que desde o início o Conselho se equivocou porque na organização de qualquer Conferência as tarefas são divididas em duas Comissões: a de mobilização (divulgação e recursos humanos e materiais) e a de sistematização (parte cultural e preparação do material escrito), o que não foi feito, concentrando as tarefas num só grupo que fica assoberbado.

O conselheiro Jelcy entendeu que o COMED já avançou muito ao longo dos anos e que a própria Comissão foi composta conforme a constituição de representatividade do próprio Conselho; e com a livre iniciativa.

Ednéa explicou que o COMED ainda não tem a estrutura necessária para o seu bom funcionamento e que na realidade as pessoas faltam, não se comprometem, não chegam no horário, então as ações definidas não acontecem como o planejado. Não faltam só recursos financeiros e materiais, faltam pessoas. Às quintas-feiras, as pessoas não aparecem, muito embora tenham se comprometido livremente e muitas vezes não realizam as tarefas distribuídas. Na última quinta-feira só apareceram Cristina, Débora, Noelma e Ednéa. A Conferência de dois mil e onze foi organizada inteiramente pela Secretaria Municipal de Educação.

A participante Jaqueline reforçou que na última Conferência houve uma desorganização muito grande, foi uma bagunça porque as Entidades de Educação Superior foram substituídas por Entidades de Ensino Fundamental.

Carlos Henrique assegurou que o Conselho é o próprio controle social a cerca do assunto Educação, então enquanto Conselho, iremos tornar pública nossa incapacidade de organizar uma Conferência?

A conselheira Rosimar acreditou que não há mistério nenhum em organizar uma Conferência e pensou ser produtivo delegar a algumas pessoas a missão de

convidar os palestrantes e assegurar o mínimo de conforto aos que aceitarem, mesmo que seja apenas com a disponibilização de transporte e entendeu que essa é a maior dificuldade – encontrar pessoas de boa vontade para palestrar gratuitamente.

Ednéa perguntou novamente quem poderia comparecer às quintas-feiras.

Rosilene informou a todos que a Secretaria de Educação vai fazer investimentos para a realização da Conferência.

A conselheira Maria de Fátima concluiu que na realidade essa discussão - se deve ou não ter eleição de novos membros, já foi superada em outra Reunião e que todos já deveriam compreender a diferença existente entre um Encontro de Educação e uma Conferência.

Sandra reiterou que concorda com a idéia de fazer a Conferência em dois momentos, sendo um deles mais específico para a eleição e o outro para a discussão dos eixos referendada pela Estadual e a Federal.

A conselheira Maria Celi asseverou que este é um momento importantíssimo porque esclarece o contexto do início do mandato, inclusive da Secretária de Educação e com os sete eixos da CONAE, não pode ter uma estrutura amadora. A Conferência Estadual é orçada em um milhão e duzentos mil reais de investimento.

Com a anuência de todos os membros presentes ficou estabelecido que a Conferência Municipal de Educação se dará em dois momentos: o primeiro – no dia vinte e dois de junho com a aprovação do regimento da Conferência, eleição dos membros e fase preparatória das discussões com base nos sete eixos apontados pela CONAE e o segundo – no dia trinta e um de agosto com as discussões mais acirradas dos temários e divisão de tarefas distribuídas entre as duas subcomissões já citadas nesta reunião.

Carlos Henrique se reportou ao que antes havia sido estabelecido e aprovado em Assembleia de não ampliar a discussão para a Estadual para evitarmos um evento desestruturado.

O conselheiro Jelcy não viu necessidade em mudar a temática local e a necessidade de eleição porque serão ações preparatórias para a participação na Conferência Estadual e Nacional. Orientou o encaminhamento de que as pessoas que compõem a mesa, demonstrem os trabalhos realizados e agendem os próximos passos.

Maria de Fátima concordou, inclusive, que se abrisse processo para angariar recurso financeiro.

A conselheira Rosimar indagou se não existe verba própria para o Conselho dentro do orçamento da Secretaria de Educação, como acontece em outros municípios e se não existe, o por quê.

9

Rosilene leu novamente os temas antes estruturados e Jelcy acrescentou que todos eles podem ser conduzidos dentro dos eixos da CONAE.

Rosimar acreditou que os temas são os mesmos, não sendo necessário discutí-los de novo, num outro momento – agosto.

Ednéa lembrou que devemos nos planejar dentro de nossas limitações e necessidades locais, tornando viável o trabalho produzido.

A conselheira Maria Celi discordou da duplicidade de eixos com mudança de tema em cada um dos momentos da Conferência, então propôs que na fase preparatória poderiam ser organizadas duas mesas de trabalho, uma com os três primeiros eixos e outra, com os quatro últimos eixos. Asseverou que a comunidade educacional de Petrópolis deve ter acesso aos sete eixos, sendo a manhã dedicada a eleição dos membros e a tarde a discussão dos eixos com a disciplina necessária para aprofundar os assuntos principais e propiciar a visão da totalidade.

Rosimar lembrou que a falha das outras Conferências foi principalmente porque as pessoas não sabiam o por quê de estarem ali, não havia um objetivo claramente definido e divulgado.

Maria de Fátima julgou ser mais viável, inclusive economicamente, a organização da Conferência se concentrar em um único dia.

Ednéa definiu com o consentimento dos demais conselheiros então que o primeiro objetivo é explorar e definir o que é o Conselho Municipal de Petrópolis e o segundo objetivo é a definição do papel dos conselheiros, o terceiro objetivo eleger os novos membros da Sociedade Civil, o quarto é distribuir as informações sobre as referências de discussão apontadas pelos movimentos Estaduais e Federais quanto às Políticas Educacionais e o quinto, eleger os Delegados para representarem o município e suas ambições nas Conferências que se seguirão pela frente.

A conselheira Ednéa também quis esclarecer aos presentes que obteve resposta por parte da Secretaria de Educação quanto a um espaço, mesmo que provisório para alocar os documentos do Conselho.

Maria de Fátima explicou que organizou um espaço na Casa da Educação – Barão de Mauá, para abrigar o Conselho até que a prefeitura estabeleça uma sede para a Casa dos Conselhos.

10

Rosimar colocou que o Conselho não pode estar dentro da Secretaria de Educação porque isso impede a autonomia e confunde os papéis, desestimulando a consulta dos interessados na Educação e que a Casa dos Conselhos precisa ter Sede própria para atender a todos os Conselhos e esse impasse ser resolvido definitivamente.

O conselheiro Carlos Henrique afirmou que o imóvel para esse fim já foi localizado e que agora só é necessário que tenhamos paciência para que os trâmites sejam concluídos.

A conselheira Rosimar colocou que a avaliação através do SAERJ não foi discutida pelo COMED e considerou grave não envolver o Conselho numa questão tão importante e solicitou que este assunto seja inscrito na pauta da próxima reunião.

A conselheira Rosilene explicou que o SAERJ é um instrumento de avaliação que não tem custos para o município e que existe sim um convênio, porém como ainda não é uma política pública, não foi trazida à discussão do Conselho.

Rosimar questionou como o município se comprometeu a usar o currículo mínimo do Estado, não ferindo a autonomia do próprio município. O Conselho deve servir para discutir e dar opiniões sobre essa validade. Outro aspecto a ser colocado em pauta, seria a merenda escolar: falta de tempero e gêneros básicos, com crises que existem há muitos anos, estando também os profissionais que cuidam da merenda sobrecarregados.

A conselheira Maria de Fátima esclareceu que a compra da merenda era feita sem regularidade e sem equilíbrio entre os gêneros, fora as licitações, os atrasos. Agora tudo isso está sendo regularizado através dos pregões com equilíbrio dos gêneros e o planejamento para pelo menos um ano e meio para evitar a falta de merenda, assim como a falta de profissionais e concurso. Todas as medidas estão sendo tomadas, incluindo o aumento das porções oferecidas aos alunos pelo Programa Mais Educação. A situação se tornou mais grave devido aos contratos anteriormente firmados. As situações mais graves estão sendo estudadas para se resolverem da melhor forma possível.

Jelcy encerrou o debate sobre esse assunto, chamando a atenção para o trabalho com a essência dos termos e não dos rótulos. Se a avaliação externa se define como válida ou não, se os recursos da gestão de alimentação escolar estão sendo eficientes, se o Conselho deve discutir os procedimentos de avaliação, todas essas questões devem ser o modelo de discussão, onde é o principal e não o acessório a pauta, onde o trabalho deve se orientar no sentido de não ficarmos só no âmbito de um Conselho Consultivo. A discussão que precisa ser levada adiante para colaborar com a melhoria da Educação deve ser aquela em que serve de direcionador do poder público, tendo uma média do entendimento daquele grupo social apontando para uma solução.

Sem mais a registrar, lavro o presente termo, ao qual segue assinado por mim.

Petrópolis, 14 de maio de 2013.

Secretaria Executiva do COMED

